

Gualter Cunha
Universidade do Porto

Uma filosofia para a Faculdade de Letras*

*Se persiste em ensinar literatura do modo enfadonho a que está habituado, se insiste na dita abordagem humanista da tragédia grega que tem usado desde os anos 50, pode estar certo de que surgirão continuamente conflitos como este.
- Ótimo. Pois que surjam - respondeu Coleman.*

Philip Roth, *A Mancha Humana*

William Lyon Phelps foi professor de Literatura Inglesa em Yale entre 1892 e 1933, onde terá sido responsável pela criação do primeiro curso universitário do mundo inteiramente dedicado à ficção contemporânea – pelo menos o próprio Phelps estava convencido desse pioneirismo quando o manifestou na sua *Autobiography with Letters*, publicada em 1939. O quase meio século da vida académica de Phelps corresponde a um período significativo do percurso do estudo das literaturas modernas nas universidades, e não só das americanas: trata-se do período que medeia entre a consolidação institucional da confiança romântica na literatura como lugar da verdade e o acesso ao poder universitário das concepções técnico-formalistas da obra de arte literária criadas e desenvolvidas pelo modernismo. No âmbito mais amplo que abrange os estudos literários e que genericamente designamos como o das humanidades, este período medeia, por sua vez, entre a igualmente romântica concepção perfectibilista da centralidade da cultura ocidental e as primeiras desconfiças, também modernistas, relativamente à linearidade de um sentido de progresso no curso dessa mesma cultura.

A sua localização histórica emblemática, reforçada por nele se atingir, pelo menos simbolicamente, esta culminância da deslocação dos estudos literários em direcção às

* O presente texto pretende ser uma tentativa de articulação de algumas ideias sobre questões relacionadas com o estatuto actual e com as perspectivas de futuro dos estudos literários em particular, e dos chamados estudos humanísticos em geral, pelo que, em rigor, as suas considerações não são necessariamente abrangentes de todos os cursos e departamentos existentes nas Faculdades de Letras, ou não o são, pelo menos, em igual grau. A heterogeneidade dos estudos praticados nas Faculdades de Letras é em si mesma um problema que se levanta a qualquer tentativa de definição de uma natureza ou de objectivos comuns, e é como tal um problema que importa discutir – mas que não é aqui abordado.

obras de autores contemporâneos, fazem de William Phelps um bom ponto de apoio para uma reflexão sobre a história e os destinos dos estudos das literaturas modernas na universidade. Centrada embora no caso particular dos Estudos Ingleses nas universidades americanas, é uma reflexão desta natureza a levada a cabo por Robert Scholes em *The Rise and Fall of English*, onde o exemplo de Phelps aparece como marcando “the apogee of English as an academic field” (Scholes, 1998: 12-3). Sem partilhar com Scholes o seu projecto de reconstrução da disciplina de Inglês (Literatura e Cultura) assente numa nova centralidade da teoria e numa especial atenção à produção textual (embora reconheça a pertinência das suas propostas), encontro na sua obra uma perspetivação e um diagnóstico do estado actual dos estudos humanísticos, com particular atenção aos estudos literários, com a qual me identifico e cujas preocupações inteiramente partilho. É assim no âmbito dessa identificação, pelo menos parcial, que com a devida vénia me aproprio do exemplo de Phelps tal como é citado por Scholes.

Mas o que pretendo retirar do exemplo de Phelps não respeita tanto a esse seu lugar emblemático na história dos estudos das literaturas modernas (embora dele decorra), mas antes ao modo como Phelps concebia o sentido prático, ou a utilidade, desses mesmos estudos. Transcrevo o que Scholes escreve a este propósito:

[Phelps] was convinced that the study of literature prepared [his students] well for success in business and the other professions open to them when they graduated. He believed that the study of literature would help his students to become better fathers, husbands, sons, brothers, and friends (he taught only men at Yale in those days, of course), but he also thought that literary studies would give them a knowledge of human nature, a “sympathy, tolerance and understanding – which he saw as assets “for success in any calling where one comes into contact with people”. (Scholes, 1998: 17)

O sentido da utilidade do estudo da literatura aparece neste texto repartido por duas racionalidades complementares: a elevação moral, pela qual o conhecimento da literatura faz de nós seres humanos melhores, e o conhecimento da natureza humana, que nos apetrecha para um mais eficaz relacionamento com os outros. A primeira é uma racionalidade de ordem ética, que aproxima o belo do bom, o juízo estético do juízo moral, e institui a arte como via para a perfeição (em última instância como sacralização do belo). A segunda é uma racionalidade de ordem cognitiva, que por sua vez aproxima a beleza da verdade, ou as identifica mesmo, como no célebre verso de Keats. Ambas as racionalidades se constituem historicamente, pelo menos no âmbito da cultura moderna, dentro da tradição romântica, radicando embora na autonomização da estética levada a cabo na segunda metade do século XVIII e que conduz a Kant.

Estas racionalidades são hoje altamente problemáticas, como consequentemente é problemático alicerçar nelas uma justificação para o estudo da literatura como domínio dos estudos universitários. Depois de o modernismo, que na universidade emerge a jusante dos tempos de Phelps, ter deslocado a discussão da obra de arte do domínio da transcendência do espírito e das formas (onde o belo, o bom e o verdadeiro confluíam) para o domínio da imanência dos materiais e das técnicas da representação (ou do artefacto), não mais foi possível afirmar, sem ingenuidade, que a arte, e a literatura dentro dela, é um meio de educação moral e uma via para a perfeição, ou, como dizia Matthew Arnold a propósito da literatura da França e da Alemanha do seu tempo assim como “do intelecto da Europa em geral”, que o seu esforço principal consiste em tentar

“ver o objecto tal como ele realmente é em si próprio” (“to see the object as in itself it really is” [Arnold, 1891: 63-4]). E com o modernismo veio a Primeira Guerra, e depois vieram a Segunda e o Holocausto – e as atrocidades e a consciência destas e de outras atrocidades praticadas, no presente e no passado, pela e em nome da civilização ocidental, tornaram também impossível continuar a acreditar, sem ingenuidade, num sentido perfectibilista da história, guiado ou não pela literatura ou pela arte em geral.

Assistimos hoje, porém, a uma certa afirmação das vantagens dos estudos humanísticos como formação profissional, numa aparente recuperação dos argumentos de Phelps mas em condições das quais paradoxalmente estão ausentes todos os valores que justificavam aqueles argumentos. Entre o sentido de perda suscitado pela crise dos valores em que tradicionalmente se alicerçavam os estudos humanísticos (como os valores da verdade, do bem ou do belo) e a cada vez mais insistente convocação destes estudos para um âmbito subsidiário de saberes técnicos impostos por racionalidades cuja aparente auto-evidência ilude os sentidos políticos, instalam-se indecisões, incertezas, receios, expressões daquela ausência de códigos que Jacques Derrida apontou a propósito da situação contemporânea da academia (dos académicos): “For if a code guaranteed a problematic, then we in the university would feel better about ourselves . . . But we feel bad about ourselves, who would dare to say otherwise? And those who feel good about themselves are perhaps hiding something, from others or from themselves” (Derrida, 1992: 7). Talvez as justificações de Phelps não tenham necessariamente de ser eliminadas como ilusórias ou falsas, mas só no distanciamento da sua profunda revisão crítica e na inteira assunção das respectivas consequências o poderemos esclarecer, sem nos sentirmos mal connosco e sem escondermos nada de nós ou dos outros.

Quando comparamos as opiniões de Phelps com algumas outras que são hoje frequentemente enunciadas a propósito de possíveis novas vias para os estudos humanísticos, constatamos que essas vias “salvadoras” são afinal velhas de pelo menos quase um século. O conhecimento da natureza humana trazido pelo estudo da literatura, dizia Phelps, e “a simpatia, a tolerância e o entendimento” para com essa natureza que tal conhecimento acarretava, constituíam recursos valiosos para “o êxito em qualquer vocação em que se entra em contacto com pessoas”. Assentando, dentro do paradigma aqui representado por Phelps, na racionalização cognitiva que vê na literatura um acesso privilegiado à verdade (da natureza humana), esta utilidade dos estudos literários torna-se, nas suas versões modernas, numa validação profissionalizante dos estudos humanísticos em domínios relacionados com as chamadas “relações humanas”, e traduz-se geralmente na consideração de que uma formação nas áreas das humanidades é importante, e é mesmo cada vez mais requerida (por quem?), em domínios profissionais tradicionalmente associados a áreas curriculares muito distintas daquelas, como a economia, a gestão ou a engenharia. São mesmo frequentemente citados exemplos, geralmente “lá fora” mas às vezes também (já) “cá dentro”, de empresas que privilegiariam o recrutamento de pessoal com formação humanística para funções relacionadas com o que em terminologia empresarial se designa como gestão de recursos humanos.

Será importante clarificar em que sentidos possíveis estas versões modernas do segundo argumento de Phelps poderão ter relevância significativa no contexto em que são usualmente invocadas, isto é, como razão de ser para eventuais ajustamentos ou

reformas curriculares dos cursos de humanidades com vista à sua adequação a novas saídas profissionais. Por um lado, se os exemplos apontados são ilustrativos de uma tendência do mercado de trabalho e não se resumem a situações excepcionais, então tal poderá significar que os cursos tal como existem correspondem às expectativas dos chamados agentes empregadores. Se, por outro lado, esses exemplos são indícios de que as empresas procuram recrutar gestores ou engenheiros com alguns laivos de formação humanista, poderão então ser considerados como um alerta para os responsáveis pelos cursos que formam estes profissionais, caso em que às Faculdades de Letras competiria quando muito manifestar a sua disponibilidade para eventualmente colaborar naquela formação complementar. A natureza deste argumento poderá contudo ser melhor esclarecida se nos interrogarmos sobre a lógica que lhe é subjacente.

Sabemos que na sociedade contemporânea, como também nas que a antecederam, mas quantitativa e qualitativamente mais do que nessas, o saber se encontra determinado pelo poder instituído, não só nas suas configurações mas principalmente (e aqui reside a grande diferença entre o presente e o passado) nas condições materiais da sua produção e da sua divulgação. No seu relatório sobre o saber nas sociedades contemporâneas apresentado ao Conselho das Universidades do Quebeque em 1979 Jean-François Lyotard tornou clara esta determinação. Independentemente do carácter discutível, e que se revelou imensamente polémico, do respectivo enquadramento teórico, a análise de Lyotard aponta para a impossibilidade prática de uma legitimação humanista do saber como era aquela que, dado o seu contexto, poderíamos atribuir ao argumento de Phelps:

A administração da prova, que, em princípio, é apenas parte de uma argumentação destinada a obter o assentimento dos destinatários da mensagem científica, passa assim para o controlo de um outro jogo de linguagem, onde o que está em causa não é a verdade, mas a performatividade, ou seja, a melhor relação *input/output*. O estado e/ou a empresa abandonam a narrativa de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova situação: no discurso dos capitalistas de hoje, a única situação merecedora de crédito é o aumento do poderio. Não se pagam sábios, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poderio. (Lyotard, 1989: 95)

A tradição romântica representada por Phelps acreditou que a simpatia e a tolerância que ajudariam ao êxito profissional nos negócios vinham daquele mesmo conhecimento da natureza humana dado pela literatura que também fazia dos que o possuíam melhores pais, maridos, ou amigos. Não sei se os empresários que se dizem interessados em contratar quadros com formação humanista sabem quão discutível e discutida é hoje, no âmbito dos estudos humanistas, a simples possibilidade de a literatura, ou a história, ou até mesmo a filosofia, serem meios de conhecimento de uma natureza humana cujo estatuto ontológico se torna também ele problemático, mas creio que isso lhes é completamente indiferente. Com efeito, no quadro da deslegitimação do saber contemporâneo, o empresário, ou, para ser mais rigoroso, a empresa, apenas estará interessada em contratar um quadro com formação humanista na medida em que o seu saber se adequa à lógica da performatividade tal como definida por Lyotard. A formação assim requerida não deverá assentar num saber legitimado pela verdade, mas num saber determinado pela lógica do poder (da empresa).

Nesta recontextualização dos estudos humanísticos o estudo da literatura, como também o saber filosófico ou a interpretação histórica, deixam de ser encarados na sua

dimensão ética, precisamente aquela que fundamentava a racionalidade do primeiro argumento de Phelps – fazer de nós seres humanos melhores –, para se tornar num meio de aquisição de conhecimentos eficazes para o aumento do poder da empresa. É significativo que muito do pensamento teórico contemporâneo trate de demolir a possibilidade mesma da legitimação do saber pela verdade (do que são exemplos anti-fundacionalismos diversos) ao mesmo tempo que institui a eficácia como critério de validade do conhecimento (pelas vias do neopragmatismo), deste modo dando cobertura a esta instrumentalização do saber humanístico. Em contrapartida à perda de relevância ou, mais propriamente, de sentido da dimensão ética da obra literária (que nesse mesmo processo de perda deixa de ser designada como obra e passa a ser preferencialmente designada como texto), a atenção interpretativa agora requerida tenderá a deslocar-se do domínio dos sentidos humanos (os domínios da intencionalidade, da presença do autor e da história) para o domínio dos processos da linguagem e dos seus efeitos, ou eficácia. A crescente importância dos chamados estudos da recepção e da teorização dos discursos enquanto retóricas não será alheia a esta mudança.

No quadro de uma utilização pragmática dos estudos humanísticos assim definido, a obra literária, e a seu modo também a obra filosófica, tenderão a ser lidas não como lugares onde alguém soube, melhor do que nós, penetrar no mais profundo da natureza do homem, das coisas, da sociedade e da história, ou seja, no mais profundo de nós próprios e do mundo, mas antes como espaços abertos à manipulação de valores e de sentidos. O texto deixa de ser considerado como revelação da verdade (de uma qualquer verdade) e passa a ser encarado como uma ocultação, ou como uma rede de ocultações. Consoante as opções teóricas adoptadas essas ocultações poderão em última instância remeter para uma verdade que só ilusoriamente será conhecimento, já que não será mais do que a verdade por nós próprios inscrita no texto (simples reconhecimento), ou poderão não ser mais do que ocultações de ocultações, numa paradoxal imbricação de significantes vazios – a primeira via será exemplificada por alguns desenvolvimentos da teoria da recepção, nomeadamente na sua versão conhecida em inglês como “reader-response criticism”, a segunda por alguma análise desconstrucionista. Tratar-se-á sempre, em qualquer caso, de negar a obra como presença (de um autor, de uma intencionalidade, de uma verdade) e de afirmar em seu lugar um modelo de texto como espaço de uma ausência (ou diferença que é, enfim, ausência) a ser preenchido pelo crítico ou, mais abstractamente, pela crítica enquanto discursividade (ou, como se diz, pelas suas estratégias).

Se nos reportarmos agora às expectativas da lógica empresarial poderemos verificar como, num primeiro momento, este modelo de texto corresponde inteiramente a uma idealização do destinatário dessa racionalidade, ou seja, a uma idealização do consumidor. O ideal de qualquer empresário (pelo menos enquanto empresário) será precisamente que o consumidor se comporte como o texto nos termos acima definidos: por um lado que “esteja lá” (por muito que negue o texto, uma crítica textual que dele prescindisse seria tão suicida como uma empresa que prescindisse de consumidores), mas que por outro lado se manifeste como ausência de intencionalidade ou de vontade, de interesses ou de valores, de sentidos ou de verdades, de modo a que essa ausência possa ser inteiramente preenchida pelas estratégias da empresa. A publicidade seria, dentro desta correspondência, um equivalente empresarial do procedimento crí-

tico: determinando a especificidade da rede de significantes (preferencialmente vazios) que constitui o consumidor, a sua tarefa consistiria em nela inscrever o discurso da própria empresa. Esta seria pelo menos uma boa razão para advogar uma articulação dos estudos humanísticos com os estudos de publicidade como uma nova “via profissionalizante”.

Mas se prosseguirmos a analogia poderemos constatar, num segundo momento, como este requisito ideal da lógica empresarial não se confina aos destinatários-consumidores, mas é abrangente de todos aqueles que participam no próprio funcionamento da empresa, ou seja dos seus técnicos. Importa a este propósito acentuar que hoje a designação de “técnicos” não corresponde apenas a um sector de funcionários dentro da empresa, mas tende a abranger todos os participantes na sua actividade, desde os mais elevados decisores aos executantes das tarefas mais standardizadas. A lógica empresarial moderna tende de resto a fazer esbater as diferenças clássicas entre os que decidem e os que se limitam a obedecer (dentro dessa diferença clássica os “técnicos” estariam algures no meio), de todos reclamando a máxima “competência técnica”, ou “profissional”, sendo dentro dessa lógica que se inserem as exigências de uma formação profissional que prepare trabalhadores “qualificados”. Ora a competência técnica traduz-se precisamente, dentro da lógica da empresa, numa instrumentalização do indivíduo que atinge o seu ponto optimal quando aquele faz seus os interesses e os objectivos da empresa, ou, dito de outro modo, quando o indivíduo, em vez de encarar, interpelar, ou “ler” a empresa como uma entidade diferente de si próprio, com razões de ser (sentidos) e objectivos que lhe são específicos, é antes integrado na lógica empresarial, interpelado ou “lido” pela empresa. Recorro ainda a Lyotard, num passo em que, na sua articulação da teoria dos jogos com as modalidades dos relacionamentos sociais nas sociedades capitalistas desenvolvidas, apresenta a competência técnica como obedecendo a um princípio de “optimização das *performances*”: “trata-se de jogos cuja pertinência não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo, etc., mas o eficiente: um “acto” técnico é “bom” quando realiza melhor e/ou quando gasta menos do que outro” (Lyotard, 1989: 91).

Este processo de esvaziamento dos conteúdos humanos (o verdadeiro, o justo, o belo) e da sua substituição pelas estratégias empresariais (a eficiência), e que usualmente se chama “personalização do trabalho” (não se deve confundir “personalização” com “humanização” – nunca se fala, neste contexto, de “humanização do trabalho”), constitui assim uma réplica, no plano da produção, do processo acima descrito para a instituição do consumidor ideal. Na verdade não há, entre o técnico (produtor) ideal e o consumidor ideal, na perspectiva da lógica da empresa, uma distinção fundamental. De ambos se requer a mesma ausência de conteúdo humano e a mesma ilusão de que o têm (a ilusão da Presença); ambos são interpelados como pessoas pela racionalidade performativa, de modo análogo ao estabelecido por Althusser para a interpelação do sujeito pela ideologia; finalmente, as suas identidades e, correspondentemente, as suas diferenças, não lhes são inerentes, ou imanescentes, mas são antes função da estratégia empresarial, tal como para Stanley Fish (um bom exemplo do neopragmatismo no domínio dos estudos literários) as identidades e diferenças entre textos são estabelecidas pela estratégia interpretativa do crítico:

[T]he notions of the “same” or “different” texts are fictions. If I read *Lycidas* and *The Waste Land* differently (in fact I do not), it will not be because the formal structures of the two poems (to term them such is also an interpretive decision) call forth different interpretive strategies but because my predisposition to execute different interpretive strategies *will* produce different formal structures. (Fish, 1980: 181)

Comentando a frase de Derrida atrás transcrita onde este afirma que nós (professores, acadêmicos no domínio das humanidades) nos sentimos mal com nós próprios, Robert Scholes considera que a principal razão para esse mal-estar reside no facto de nos termos tornado relutantes em invocar critérios de verdade acerca dos assuntos que ensinamos. Independentemente do grau de pertinência que possa ser reconhecido ao diagnóstico de Scholes, penso ser antes de tudo necessário qualificar devidamente o sujeito desse mesmo mal-estar a que o diagnóstico se refere: *nós* – quem?¹ Com efeito, não creio que esse sentido de mal-estar exista, ou que, se existir, a ele se possa aplicar o mesmo diagnóstico, naqueles (professores, acadêmicos no domínio das humanidades) que propõem, defendem e aplicam os modelos críticos a que me tenho vindo a referir. É certo que Scholes identifica algumas das mais poderosas origens (americanas) da relutância a que se refere: J. Hillis Miller e os desconstrucionistas de Yale, Richard Rorty e Stanley Fish. Mas ao atribuir indiscriminadamente aquele mal-estar, e a respectiva causa, a toda a comunidade académica (no domínio das humanidades), Scholes está implicitamente – e paradoxalmente – a incluir nessa atribuição tanto os causadores do mal-estar como os que lhe sofrem as consequências.

Não se trata aqui de procurar bodes expiatórios nem de assumir a clássica atitude conservadora de culpabilização do novo pelos males do mundo. Trata-se antes de esclarecer as coincidências formais entre as vanguardas teóricas anti-fundacionalistas que se desenvolveram nos meios universitários durante o último quartel do século XX e as novas racionalidades surgidas na mesma época e que tendem a subordinar a sociedade e o saber a critérios de eficácia esvaziados de valores humanos. Estas coincidências vêm afinal demonstrar que essas novas orientações teóricas e críticas não são, como muitas vezes se afirma, desajustadas das necessidades sociais e das correspondentes exigências do mercado, e que muito menos são com elas contraditórias, mas são antes plenamente adequadas a tais necessidades e exigências. As novas organizações curriculares dos cursos humanísticos, as novas vias profissionalizantes a oferecer no seu âmbito, deverão, para se adequarem à nova racionalidade da eficácia – a qual dita as chamadas exigências do mercado – adaptar o estudo da literatura, como também da filosofia ou da história, aos novos saberes. O que, de resto, já está a acontecer algures, como o confirma Harold Bloom quando, com a frontalidade que lhe é característica, declara a perda definitiva dos valores éticos, estéticos e cognitivos no domínio específico dos estudos da literatura e cultura inglesa e americana: “English Studies are dead”. A nova racionalidade da eficácia encontra-se de resto na ensurdecedoramente propagada *excelência*, definida por Bill Readings em *The University in Ruins* como o critério vazio que se encontra no centro da empresarialização da universidade: “[T]he

¹ Esta interrogação cabe dentro de uma outra mais vasta formulada por Derrida no texto citado: “Could we understand ourselves, so as to debate about the responsibility proper to the university? ... I am asking myself beforehand if we could say ‘we’ and debate together, in a common language, about the general forms of responsibility in this area. Of this I am not sure” (Derrida, 1992: 7).

appeal to excellence marks the fact that there is no longer any idea of the University, or rather that the idea has now lost all content. ... All that the system requires is for activity to take place, and the empty notion of excellence refers to nothing other than the optimal input/output ratio in matters of information" (Readings, 1996: 39).

As vias que nestas condições se abrem para a formulação de uma nova "política científica" para o ensino e a investigação nos domínios tradicionalmente integrados nos estudos humanísticos (na "universidade de excelência" as humanidades também têm de ser "científicas") passam assim pela sua subordinação às exigências de um mercado que substituem os valores humanos pelos critérios de eficácia definidores da competência técnica. Tal não significa necessariamente que o estudo da literatura, da filosofia ou da história desapareça enquanto tal, mas "apenas" que dele deverão ser eliminadas as dimensões que se ocupam do amor da verdade, do bem ou do belo, permanecendo aquelas que possam ser reformuladas como factores produtivos, ou como técnicas, ao serviço de determinadas indústrias, como as da publicidade, da comunicação ou do entretenimento (ou do que hoje se designa como indústria de conteúdos, na qual a retórica assumirá certamente um papel relevante). Demonstrando o absurdo do receio, por vezes manifestado nos meios académicos, pela eventual transformação das escolas politécnicas em universidades, o que se perfila no horizonte é antes um processo de tecnicização do ensino universitário, nomeadamente da parte deste tradicionalmente separada do domínio tecnológico ou das chamadas ciências aplicadas.

O desafio que se apresenta perante os cursos de Letras voltados para os estudos humanísticos é o de encontrar alternativas que permitam contrariar esta tendência para aquela morte anunciada por Harold Bloom para os Estudos Ingleses (mas que não se confina a este domínio das humanidades). Pelo menos a médio prazo, a Faculdade de Letras terá necessariamente de aceitar as vias de profissionalização, não só porque a sua liminar rejeição seria, nas condições actuais (de número de alunos e de docentes, por exemplo), irrealista, como também porque a favor de tal aceitação se verá confrontada com dois argumentos poderosos: 1) temos de acautelar as saídas profissionais para os nossos alunos e 2) se não o fizermos alguém o fará por nós. Mas a alternativa poderá mesmo finalmente não passar pela eliminação destas vias, mas pela sua redimensionação enquanto formações complementares que devem contudo ser distinguidas, na natureza, nos objectos e nos métodos, dos estudos humanísticos enquanto razão de ser da Faculdade de Letras. Para tal será necessário que estes últimos se instituem como núcleos de formação académica autónomos e independentes de qualquer formação profissional, e que, conseqüentemente, o poder daqueles argumentos não faça deles, como por vezes os poderes públicos parecem pretender e alguns sectores da academia parecem aceitar, a justificação fundamental para a existência da própria Faculdade de Letras.

O primeiro deste argumentos, pelo seu carácter ético, é o mais poderoso dos dois e é incontornável a curto/médio prazo, podendo contudo ser superado a longo prazo através de uma adequada explicitação da natureza e dos limites das expectativas inerentes à formação académica proporcionada, a qual deveria excluir, num modelo alternativo, qualquer promessa, à partida, de uma preparação profissional específica, incluindo a preparação para o ensino. Como atrás referi, tal não significaria necessariamente a eliminação deste ou de outros domínios de formação profissionalizante do

âmbito da Faculdade de Letras. Na medida em que esta faculdade tenha condições para ministrar saberes técnicos, não só poderá como deverá fazê-lo, desde logo como salvaguarda da associação desses saberes a uma preparação humanística de base formulada nos termos que a mesma faculdade considerar adequados. Mas, e também por esta razão, é indispensável o estabelecimento de uma separação rigorosa entre aquela que deve ser a vocação humanística específica da Faculdade de Letras e a oferta de cursos de especialização profissional ou de aplicação técnico-científica, os quais em caso algum deverão influenciar a organização curricular, os programas ou os métodos dos cursos humanísticos.

Deste modo seria por outro lado possível contrariar o segundo argumento acima enunciado, não por via da (poli)tecnicização da Faculdade de Letras mas antes através de uma opção de fundo, que assumisse a responsabilidade e os riscos de transformar a Faculdade de Letras (mais propriamente, os seus departamentos estritamente ligados aos estudos humanísticos) em reduto e salvaguarda de saberes ameaçados – saberes sobre a humanidade enquanto busca de perfeição e de verdade (na literatura, na arte, nas ideias, na vida), hoje excluídos dos sistemas dominantes de produção-aplicação do saber científico. Acima de tudo, o grande problema a encarar pela Faculdade de Letras no respeitante aos cursos de humanidades não deveria ser o de procurar a sua sobrevivência através da busca de vias alternativas à via de ensino (prestes a esgotar-se) que confirmassem o pendor e a dominante profissionalizante (técnica) desses cursos. Embora sem descurar a possibilidade de um desenvolvimento diversificado de cursos dessa natureza, mas num esforço, que poderá muito bem ser inglório (e que por isso é um risco), tendente a contrariar a sua dominação pelos estritos critérios de competência técnica atrás definidos, o grande problema a encarar pela Faculdade de Letras deveria antes ser o de encontrar formas de afirmação do carácter fundamental e tecnicamente desinteressado (se é que ainda se pode usar esta palavra) dos estudos neles realizados. Tal como a reivindicação de uma componente humanística básica na formação profissional ministrada teria certamente de combater os critérios de competência profissional dominantes, a defesa do estudo das humanidades assim formulada teria por sua vez de se confrontar com as linhas de força teórico-críticas que tendem a fazer desaparecer a especificidade do objecto, ou dos objectos, desse estudo. Num caso como no outro tratar-se-ia de combater formações tendencialmente hegemónicas, em defesa, simplesmente, da irredutibilidade dos valores humanos – a verdade, o bem, a beleza – quer à lógica da performatividade quer ao vazio anti-fundacionalista. E não é afinal essa defesa a razão de ser das humanidades?

Tratar-se-ia assim de pensar uma filosofia para a Faculdade de Letras assente na especificidade dos estudos humanísticos, e que pelo menos abriria a possibilidade de estes escaparem ao destino acima delineado. Mas a responsabilidade e o risco seriam grandes. Antes de tudo, significaria assumir (pelo menos a médio prazo) a necessidade de uma redução radical do número de alunos (e consequentemente de docentes) nos cursos de estudos humanísticos, que como tal deveriam ser considerados, em si mesmos e perante os poderes públicos, como formalmente análogos aos cursos de ciências fundamentais (que como os humanísticos também inflacionaram a sua frequência à custa da via de especialização em ensino, alheia à natureza e ao objecto do saber que lhes é inerente). Com efeito, os cursos humanísticos devem ser considerados, tal como os

de matemática ou de física, como respeitando a saberes fundamentais, pelo que tentar convertê-los em cursos de saberes aplicados é não só subverter a sua natureza como eliminar da universidade um espaço único de entendimento da criatividade humana e dos seus valores.

A tradição humanista-iluminista habituou-nos a identificar a inovação teórica e crítica com grandes causas humanas como a liberdade, a verdade, a justiça, ou a beleza. Mas a tradição humanista-iluminista é precisamente aquela contra a qual se instituem os novos saberes teórico-críticos, a par das novas racionalidades da performatividade e da eficácia que cada vez mais comandam a sociedade e a vida. Quem queira reivindicar aquela tradição terá necessariamente de se confrontar com estes saberes e estas racionalidades. Resta esclarecer se tal reivindicação significa uma promessa de futuro, cujas implicações e natureza ultrapassam em muito o limitado âmbito de uma qualquer política de circunstância para as Faculdades de Letras, ou se, como sem dúvida esta proposta será considerada pelas racionalidades dominantes, apenas significa a tentativa de construção de uma espécie de condomínio fechado para a terceira idade dos estudos humanísticos. Este é, talvez, o maior risco.

BIBLIOGRAFIA

- ARNOLD, Matthew (1891), *On Translating Homer*, London, Longman.
- DERRIDA, Jacques (1992), "Mochlos; or, The Conflict of the Faculties". Trans. Richard Rand and Amy Wygant, *Logomachia*, Ed. Richard Rand, Lincoln and London, University of Nebraska Press, pp. 1-34.
- FISH, Stanley (1980), "Interpreting the *Variorum*", *Reader-Response Criticism: From Formalism to Post-Structuralism*, Ed. Jane P. Tompkins, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, pp. 164-84.
- LYOTARD, Jean-François (1989), *A Condição Pós-Moderna*, Trad. José Navarro, Lisboa, Gradiva.
- READINGS, Bill (1996), *The University in Ruins*, Cambridge, Massachusetts, and London, Harvard University Press.
- SCHOLES, Robert (1998), *The Rise and Fall of English: Reconstructing English as a Discipline*, New Haven and London, Yale University Press.

